

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/05/2013 a 31/05/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Mineiros lideram financiamentos para produção sustentável – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 02/05/2013.....	4
Concurso premia invenções para trabalho agrícola – O Globo, Economia. 06/05/2013.....	4
Oded Grajew: O que é (e o que não é) sustentabilidade – Folha de São Paulo, Opinião. 07/05/2013.....	5
Seminário incentiva prática de agricultura orgânica – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 08/05/2013.....	6
As empresas e o desafio da sustentabilidade. Felipe Sil – O Globo, Ciência. 09/05/2013.....	7
Agricultura usará imagens de satélite para incentivar adesão de produtor ao plano de baixa emissão de carbono – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 13/05/2013.....	10
Vitrine olímpica para os alimentos sustentáveis. Felipe Sil – O Globo, Ciência. 14/05/2013.....	11
Brasileiro é mais ‘verde’ e incrédulo do que europeus. Daiane Costa – O Globo, Economia. 15/05/2013.....	13
Sustentabilidade no campo. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 15/05/2013.....	15
Um alerta aos impactos das escolhas da vida cotidiana. Daiane Costa – O Globo, Economia. 15/05/2013.....	16
Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável busca fortalecimento da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/05/2013.....	17
Mais 74 territórios rurais são incorporados ao Programa de Desenvolvimento Sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/05/2013...	19
Conferência Nacional planeja estratégias para o desenvolvimento rural – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/05/2013.....	20
Governo estuda criar plano de desenvolvimento para trabalhadores rurais. Tai Nalon – Folha de São Paulo, Mercado. 22/05/2013.....	21
Engajamento a passos lentos no setor privado – O Globo, Ciência. 23/05/2013.....	22
A sociedade e o Código Florestal. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/05/2013.....	25
Por um mundo mais sustentável. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 27/05/2013.....	25

Vida digna para todos. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/05/2013	28
Oficina destaca a importância da sustentabilidade político financeira – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/05/2013 ...	29
Apoio ao agroextrativismo. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/05/2013	30

Mineiros lideram financiamentos para produção sustentável – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 02/05/2013

Liberação de recursos para programa que estimula baixa emissão de carbono aumenta 276,5%

Os produtores de Minas Gerais seguem como os que mais contratam crédito pelo Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC). Foram R\$ 434,1 milhões em 1,6 mil contratos firmados pelos mineiros entre julho de 2012 e março de 2013. Os dados são da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SPA/Mapa).

O segundo maior estado em volume de empréstimos foi São Paulo, com R\$ 360,6 milhões em 1,1 mil contratos. Sozinhos, mineiros e paulistas responderam por 34,5% dos R\$ 2,3 bilhões liberados pelo programa nos nove primeiros meses do Plano Agrícola e Pecuário 2012/13.

Mesmo com valores menores de financiamento, os estados do Centro-Oeste também se destacaram. Após Minas Gerais e São Paulo, os produtores do Mato Grosso do Sul (R\$ 290,3 milhões), Mato Grosso (R\$ 243 milhões) e Goiás (R\$ 218 milhões) foram os que obtiveram empréstimos.

Os empréstimos em todo o Brasil pelo Programa ABC aumentaram 276,5% na temporada atual em relação à anterior, quando o total em nove meses foi de R\$ 610,5 milhões. Essa linha de crédito faz parte das iniciativas previstas no Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, que tem o objetivo de organizar e planejar ações para a adoção das tecnologias de produção sustentáveis, com o objetivo de reduzir a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no setor agropecuário no País.

Ao todo são sete os programas, sendo seis referentes às tecnologias de mitigação e outro com ações de adaptação às mudanças climáticas: Recuperação de Pastagens Degradadas; Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) e Sistemas Agroflorestais (SAFs); Sistema Plantio Direto (SPD); Fixação Biológica de Nitrogênio (FBN); Florestas Plantadas; Tratamento de Dejetos Animais; Adaptação às Mudanças Climáticas. A abrangência do Plano ABC é nacional e tem duração prevista até 2020.

Concurso premia invenções para trabalho agrícola – O Globo, Economia. 06/05/2013

O concurso Inventor Rural, que acontece durante a Feira da Agricultura e do Trabalho Rural (Agrifam), vai premiar invenções que contribuam para o trabalho no campo. A premiação aceita inscrições até 20 de julho.

Realizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo, o concurso terá duas categorias: uma destinada a trabalhadores rurais e outra de incentivo à pesquisa, voltada para alunos e professores de instituições de ensino. Serão

priorizadas invenções com foco na sustentabilidade, produzidas de forma barata e com materiais reaproveitáveis.

O total dos prêmios é R\$ 6,2 mil. Os participantes irão apresentar as invenções durante a Agrifam, que acontece entre 2 e 4 de agosto, em Lençóis Paulista (SP). Durante a feira serão anunciados os ganhadores.

Oded Grajew: O que é (e o que não é) sustentabilidade – Folha de São Paulo, Opinião. 07/05/2013

Embora em voga, o conceito de sustentabilidade ainda é pouco compreendido tanto por quem fala sobre ele quanto por quem o ouve.

Nos últimos anos, intensificou-se a discussão a respeito do aquecimento global e do esgotamento dos recursos naturais. São preocupações legítimas e inquestionáveis, mas que geraram distorção no significado de sustentabilidade, restringindo-o às questões ambientais.

Não é só isso. A sustentabilidade está diretamente associada aos processos que podem se manter e melhorar ao longo do tempo. A insustentabilidade comanda processos que se esgotam. E isso depende não apenas das questões ambientais. São igualmente fundamentais os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais.

A sustentabilidade e a insustentabilidade se tornam claras quando traduzidas em situações práticas.

Esgotar recursos naturais não é sustentável. Reciclar e evitar desperdícios é sustentável.

Corrupção é insustentável. Ética é sustentável. Violência é insustentável. Paz é sustentável.

Desigualdade é insustentável. Justiça social é sustentável. Baixos indicadores educacionais são insustentáveis. Educação de qualidade para todos é sustentável.

Ditadura e autoritarismo são insustentáveis. Democracia é sustentável. Trabalho escravo e desemprego são insustentáveis. Trabalho decente para todos é sustentável.

Poluição é insustentável. Ar e águas limpos são sustentáveis. Encher as cidades de carros é insustentável. Transporte coletivo e de bicicletas é sustentável.

Solidariedade é sustentável. Individualismo é insustentável.

Cidade comandada pela especulação imobiliária é insustentável. Cidade planejada para que cada habitante tenha moradia digna, trabalho, serviços e equipamentos públicos por perto é sustentável.

Sociedade que maltrata crianças, idosos e deficientes não é sustentável. Sociedade que cuida de todos é sustentável.

Dados científicos mostram que o atual modelo de desenvolvimento é insustentável e ameaça a sobrevivência inclusive da espécie humana.

Provas não faltam. Destruímos quase a metade das grandes florestas do planeta, que são os pulmões do mundo. Liberamos imensa quantidade de dióxido de carbono e outros gases causadores de efeito estufa, num ciclo de aquecimento global e instabilidades climáticas.

Temos solapado a fertilidade do solo e sua capacidade de sustentar a vida: 65% da terra cultivada foram perdidos e 15% estão em processo de desertificação.

Cerca de 50 mil espécies de plantas e animais desaparecem todos os anos e, em sua maior parte, em decorrência de atividades humanas.

Produzimos uma sociedade planetária escandalosa e crescentemente desigual: 1.195 bilionários valem, juntos, US\$ 4,4 trilhões --ou seja, quase o dobro da renda anual dos 50% mais pobres. O 1% de mais ricos da humanidade recebe o mesmo que os 57% mais pobres.

Os gastos militares anuais passam de US\$ 1,5 trilhão, o equivalente a 66% da renda anual dos 50% mais pobres.

Esse cenário pouco animador mostra a necessidade de um modelo de desenvolvimento sustentável. Cabe a nós torná-lo possível.

ODED GRAJEW, 68, empresário, é coordenador da secretaria executiva da Rede Nossa São Paulo e presidente emérito do Instituto Ethos. É idealizador do Fórum Social Mundial

Seminário incentiva prática de agricultura orgânica – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 08/05/2013

Existem mais de 11 mil unidades de produção orgânica no Brasil

Para debater temas relacionados ao desenvolvimento rural sustentável, a Frente Parlamentar Mista pelo Desenvolvimento da Agroecologia e Produção Orgânica promove um seminário, nos dias 08 e 09 de maio, no Senado Federal. O primeiro dia de evento contou com a participação do diretor do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), José Guilherme Leal, que ressaltou as principais ações desenvolvidas pelo órgão.

O Seminário Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica visa estimular o debate de políticas públicas para o fomento da produção e comercialização de produtos livre de agrotóxicos. Segundo José Guilherme, existem no país, mais de 11 mil unidades de produção orgânica. “O Mapa possui 40 técnicos treinados atuando na aplicação de mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica em todas as unidades da federação”, salientou.

A agricultura orgânica se distingue pela produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. O sistema tem como base o desenvolvimento sustentável associado à preservação dos recursos naturais, à saúde do consumidor e à valorização do trabalhador rural. Para o secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Mapa, Caio Rocha, é de extrema importância desenvolver esse sistema no meio rural. “Os produtos orgânicos proporcionam segurança alimentar e nutricional ao consumidor, além de preservar o meio ambiente. Estamos trabalhando junto ao Governo Federal na construção do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”, ressaltou.

O Brasil ocupa posição de destaque na produção mundial de orgânicos. No Mapa, a Coordenação de Agroecologia (Coagre), da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), é o setor responsável pelas ações de desenvolvimento da agricultura orgânica.

As empresas e o desafio da sustentabilidade. Felipe Sil – O Globo, Ciência. 09/05/2013

Representante de grupo empresarial comprometido com práticas sustentáveis diz que é necessário integrá-las nas estratégias de negócios para reduzir impacto no planeta

RIO - O modelo atual de negócios não pode mais continuar se as empresas desejam realmente se tornar sustentáveis. Quem diz é o presidente do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD, na sigla em inglês), Peter Bakker, que esteve no Brasil recentemente para conversar com representantes nacionais do grupo, no Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). O órgão mundial é considerado o mais importante a lutar por questões ambientais na iniciativa privada. Conta com quase 60 conselhos nacionais e regionais em 36 países e de 22 setores industriais, além de 200 empresas multinacionais que atuam em todos os continentes e faturam anualmente US\$ 7 trilhões, gerando 13 milhões de empregos diretos. Aos 50 anos, Bakker é embaixador do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas, gerenciado pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

O senhor acredita que o mundo dos negócios está ciente da necessidade de investir em práticas de negócios sustentáveis?

O tempo de criar essa consciência já passou. Se você não está ciente hoje, então você não é um líder global no mundo dos negócios. Agora nos concentramos no dimensionamento das soluções. No passado, todos trabalharíamos duro para escrever um brilhante estudo e achávamos que o trabalho estava feito. Agora, ao concluirmos um, é apenas o momento que o projeto começa. Algumas das maiores referências dos últimos anos têm sido as empresas que estimulam outras corporações a adotarem melhores práticas e a inovarem. O Wal-Mart, por exemplo, abriu mais espaço nas prateleiras para produtos desenvolvidos de forma sustentável e cortou 20 milhões de

toneladas métricas de emissões de gases de efeito estufa de sua cadeia de suprimentos. A Pepsi, por sua vez, exigiu uma melhor contabilização das emissões de gases de efeito estufa de seus produtores de laranja. A GE anunciou recentemente a maior compra de veículos elétricos da história. Foram 25 mil carros. As empresas que empurram outras empresas em direção às práticas sustentáveis geram resultados reais. A inovação cria novas oportunidades e fatalmente leva a um futuro ambientalmente correto.

A crise econômica fez com que os investimentos ficassem cada vez mais escassos. Neste contexto, negócios verdes também são afetados. Isso pode ser uma prova de que a sustentabilidade ainda não é mais do que uma intenção, e não uma estratégia de negócio?

A atual crise econômica começou com a crise financeira de 2008. Hoje, a pressão em todas as partes do mundo continua a ser elevada. Os governos têm implementado medidas de austeridade. Então os negócios apertam seus investimentos e a confiança dos consumidores permanece baixa. A maneira como o mercado funciona hoje não é uma opção para o futuro. Muitos modelos e estratégias de negócios são dependentes da noção de que os princípios econômicos atuais são estáticos. É uma ingenuidade. O modelo convencional para o capitalismo tem como base poucos benefícios para a maioria da sociedade e muito impacto sobre o planeta. O capitalismo requer um novo sistema operacional. Precisa ser reiniciado se quisermos evitar o colapso total.

Salvar o mundo é bom para a economia?

O comércio não pode ter sucesso numa sociedade que não alcança o mesmo. Para que ambos tenham êxito, as empresas devem se tornar mais sustentáveis. Precisamos ouvir o que os cientistas estão nos dizendo. Devemos incorporar as melhores provas que a ciência pode nos dar na definição de prioridades para soluções sustentáveis. Temos de encontrar ou criar um quadro que nos oriente para soluções que atendam às tensões sociais.

O senhor vê diferença entre os consumidores dos países do grupo em desenvolvimento (Brasil, Rússia, Índia e China) e dos países desenvolvidos? Historicamente, os consumidores europeus estão mais acostumados a lidar com as variáveis socioambientais no processo de consumo.

Em uma época de globalização, as empresas têm que trabalhar com os consumidores em todo o mundo para ajudá-los a compreender melhor os impactos das decisões que eles fazem no processo de compra. Os países em desenvolvimento têm, atualmente, uma maior proporção de sua população nas áreas rurais. Ao mesmo tempo, são extremamente ricos em recursos naturais. Portanto, pode-se argumentar que os consumidores desses países têm uma boa compreensão da ligação entre o meio ambiente e o consumo. Eles sabem como a comida acaba no supermercado, por exemplo. Mas educar os consumidores em todos os lugares sobre o panorama dos impactos socioambientais é desafio para todos nós. O Brasil tem sido especialmente ativo no desenvolvimento de melhores práticas para suas indústrias. Por exemplo, a

Elektrobras é um membro da Iniciativa para a Governança em Eletricidade (GEI, na sigla em inglês), que apoia os esforços das concessionárias elétricas para combater as alterações climáticas e melhorar o acesso à energia para todos. Desde o seu lançamento, em 2011, o grupo reuniu informações de relatórios de sustentabilidade das 25 empresas, que, juntas, representam nada menos que 10% da produção de energia do mundo.

Um dos maiores problemas no Brasil é o desmatamento. O assunto chama a atenção do mundo de tal maneira que organizações, como o Greenpeace, por exemplo, lançaram uma campanha global para pressionar marcas internacionais.

O desmatamento é certamente um desafio significativo no Brasil, mas também para muitos outros países em desenvolvimento com ativos florestais tropicais que estão rapidamente sendo convertidos para a agricultura ou comprometidos pela evolução da infraestrutura. Embora os impactos sejam mais devastadores a nível local, especialmente em comunidades que dependem delas, o problema também tem implicações globais. A comunidade científica já confirmou que a perda da biodiversidade é, sem dúvida, um dos maiores desafios ambientais que o mundo enfrenta. É certamente difícil, mas é algo que precisa ser combatido com firmeza pelos governos e pelas empresas.

É um desafio para algumas empresas trabalhar em parceria com concorrentes?

Nós oferecemos acesso a práticas de sustentabilidade e recursos compartilhados, como ferramentas para ajudar as empresas a tomar decisões de negócios inteligentes. Por exemplo, temos uma ferramenta de análise de água que permite às empresas olhar para o seu uso de águas e os riscos, a fim de tomar decisões sobre os futuros ciclos de vida de produção, montagem e produto. Essas ferramentas são importantes porque nossas empresas associadas se comprometem a compartilhar informações agregadas sobre suas experiências e permitem que elas sejam aproveitadas por outros na forma de melhores práticas que, finalmente, conseguem melhorar os resultados de sustentabilidade.

Como é possível medir a sustentabilidade das empresas?

Na economia do futuro, o velho ditado “só o que é medido pode ser gerenciado” ainda soará muito verdadeiro. Além disso, muitas organizações não conseguem explicar bem por que elas relatam desempenhos de sustentabilidade. Poucas conseguem demonstrar como a sustentabilidade pode ser integrada em suas estratégias. Por cima de tudo isso, poucas organizações sabem quem realmente lê seus relatórios após o complicado processo de concluí-los. Não precisa ser sempre assim.

Tornou-se comum o uso do meio ambiente como uma arma de marketing. Como o público pode identificar uma real preocupação com a sustentabilidade?

Há amplas evidências que sugerem um entendimento da comunidade empresarial da gravidade da situação ambiental. Decisões para minimizar o impacto e criar negócios sustentáveis são feitas em salas de reuniões e vão muito além de medidas simples e quase virtuais. Pela minha experiência, vejo que o interesse comercial em

sustentabilidade é genuíno, mesmo que seja para benefício próprio. Devemos continuar nossa missão de erradicar a pobreza e dar a todos o acesso a serviços básicos, reconhecendo que precisamos respeitar os limites do mundo. O consumidor começa a perceber mudanças de postura.

Agricultura usará imagens de satélite para incentivar adesão de produtor ao plano de baixa emissão de carbono – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 13/05/2013

Antônio Andrade recebeu material em alta resolução de sua colega do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, na última sexta-feira

Como parte do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, entregou, na tarde desta sexta-feira (10/05), ao ministro da Agricultura, Antônio Andrade, imagens de satélite em alta resolução de todo o território nacional. As imagens estão sendo utilizadas, preferencialmente, como base de informação para a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), permitindo o mapeamento e cadastro único da situação ambiental dos imóveis rurais brasileiros. Mas também serão repassadas a outros órgãos do governo federal.

“Desdobramento do novo Código Florestal, com o CAR será possível montar uma base de dados confiável e transparente, que também servirá de apoio para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, e ao combate ao desmatamento no país”, destacou Izabella. Segundo ela, ao ceder as imagens de satélite para outros órgãos, será possível promover, de forma ampla e unificada, o uso sustentável dos recursos naturais.

OUTROS USOS

No caso do Ministério da Agricultura, os órgãos vinculados utilizarão as imagens para implantar suas respectivas políticas públicas, como é o caso da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que pretende utilizar esse recurso no auxílio às diversas pesquisas sobre o uso do solo e cultivo de espécies vegetais. Além disso, fazem parte do acordo ações de apoio ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) e incentivo para adesão ao Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), ação que busca promover a redução das emissões de gases de efeito estufa por meio de sistemas produtivos sustentáveis, além da redução de áreas desmatadas.

As imagens correspondem a 8,4 milhões de km², o equivalente à cobertura de praticamente todo o território brasileiro. A aproximação é de 5 metros, possibilitando a identificação georreferenciada dos imóveis rurais, áreas de preservação permanente, reserva legal, remanescentes florestais e nascentes de rios.

CADASTRAMENTO

O Ministério do Meio Ambiente quer regularizar mais de 5,2 milhões de imóveis rurais nos próximos anos com o Cadastro Ambiental Rural (CAR), instituído pela Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e regulamentado pelo Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012. Os benefícios da regularização são a comprovação de regularidade ambiental, segurança jurídica para produtores rurais, acesso a crédito, acesso aos programas de regularização ambiental e instrumento para planejamento do imóvel rural.

A inscrição no CAR é obrigatória para todas as propriedades rurais. O prazo para adesão será de apenas um ano, renovável por outro, a contar da data de publicação de lançamento do programa, que ocorrerá por meio da edição de instrumento normativo do Ministério do Meio Ambiente.

Vitrine olímpica para os alimentos sustentáveis. Felipe Sil – O Globo, Ciência. 14/05/2013

Novo projeto quer repetir no Rio o sucesso dos Jogos de Londres em apresentar à população um conceito ainda novo e pouco compreendido de consumo

RIO - A palavra legado tem sido repetida à exaustão desde que o Rio de Janeiro foi confirmado como sede das Olimpíadas de 2016. Fala-se em melhorias no transporte, na infraestrutura e até na despoluição das lagoas. A Conservação Internacional, junto com o WWF-Brasil e outras organizações não governamentais voltadas a preocupações ambientais, está com o foco na alimentação sustentável. A ideia não é inédita. O objetivo é dar continuidade ao que começou a ser implantado nos Jogos pela primeira vez durante as competições de Londres, no ano passado. Agora, o biólogo Guilherme Dutra, diretor de Programas Marinhos da Conservação, assume a liderança da Secretaria Executiva do projeto Rio Food Vision, que busca convencer o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio da necessidade de manter a mesma política adotada no Reino Unido. Para ele, é uma oportunidade única de conscientizar as pessoas sobre o que é, exatamente, a alimentação sustentável e tudo o que envolve o universo da cadeia produtiva de uma mercadoria. Na última semana, ele esteve no evento Green Rio, que reuniu na cidade especialistas, autoridades e ONGs para discutir sustentabilidade.

O que é exatamente o projeto Food Vision?

É uma iniciativa que começou nas Olimpíadas de Londres, em 2012, com o objetivo de dar uma base sustentável ao evento, ao menos em relação à alimentação. Naquele momento, algumas das maiores organizações voltadas à proteção do meio ambiente, como o Greenpeace e o WWF, uniram-se para coordenar o programa. Foi uma ideia de sucesso e que não podemos deixar de dar continuidade nas próximas edições. O objetivo é não retroceder nessa política.

Como o senhor define um alimento sustentável?

É algo muito complexo para dar um resumo simples. Cada tipo de alimento envolve padrões e questões diferentes. O que torna a carne sustentável, por exemplo, é diferente do que é exigido para o pescado. De uma maneira geral, é um produto que tem um impacto ecológico muito baixo. O menor possível. Isso em toda a sua cadeia de produção. Desde o início. Devem ser vistos fatores como o uso de elementos externos na fabricação, se há trabalho escravo, se há emissões de gases de efeito estufa. Tudo isso é levado em conta. A ideia é que a agressão ao meio ambiente seja mínima. Analisa-se também a compensação de carbono, os agrotóxicos. Enfim, depende muito do grupo de alimentos. Como base para identificarmos o que é ou não sustentável, temos o sistema de selos. Esse é um mercado muito desenvolvido.

No Brasil também?

Não tanto. É bem desenvolvido e avançado na Europa, o que facilitou o trabalho nas Olimpíadas de Londres. Lá, assumiu-se que era possível usar um conjunto de alimentos que já estava disponível no mercado. Não foi preciso ir muito longe. No Brasil a situação é mais complicada. Não há, por exemplo, um selo verde para os pescados marinhos, algo que todos os nossos vizinhos da América do Sul já têm. A carne, por outro lado, apresenta um panorama um pouco mais desenvolvido. Acho que é uma questão de se organizar para definir meios de produção e de distribuição de alimentos. Os estados vizinhos ao Rio de Janeiro podem ajudar.

Todas as instalações das Olimpíadas de Londres comercializaram apenas produtos com o selo verde?

O acordo vigorou nas Vilas Olímpicas. Atletas de mais de 200 países se alimentaram basicamente de produtos sustentáveis. É importante lembrar que essa foi a primeira vez que entenderam e aceitaram esta ideia de tornar o evento mais sustentável. Foi até algo bastante audacioso. Há uma forte questão de legado envolvida aí.

Que legado seria esse?

As Olimpíadas são mais uma alavanca para mostrar aos atletas e à população de forma geral a existência dos alimentos sustentáveis. Isso é capaz de fortalecer o comércio regional. Claro que não é apenas o negócio gastronômico. Há toda uma campanha de conscientização que vem junto. Com isso, podemos incentivar nas pessoas não apenas uma dieta equilibrada, como também uma que não afete a natureza. Esses valores precisam ser comunicados. Muita gente ainda não sabe o que é um alimento sustentável.

Você acredita mesmo nisso? Que boa parte da população não sabe o que é um alimento sustentável?

Sim, acredito, mas não conheço nenhuma pesquisa específica sobre o assunto. Sabe-se muito pouco sobre o que envolve este universo. É algo que precisamos informar à população e as Olimpíadas são um grande momento. É uma contradição, por exemplo,

vender alimentos orgânicos dentro de um saco plástico ou de uma caixa de isopor. É importante pensar em alguma alternativa. Existe também a questão do lixo. Como reduzir o que é jogado fora. O Food Vision não quer lidar apenas com a alimentação. Outros assuntos entram no jogo e precisamos ter atenção com todos os segmentos envolvidos na alimentação que será oferecida nos Jogos.

Como alterar esse panorama de desconhecimento?

Fazendo campanhas e pensando na questão dos preços. Eles costumam ser mais caros. O acesso desse tipo de alimento a diferentes classes também precisa ser pensado. É uma questão de levar às pessoas o questionamento sobre se é válido investir um pouco mais para alimentar-se de forma diferente.

Em comparação com Londres, o que o Rio Food Vision quer implementar nas Olimpíadas da cidade?

Temos metas bem altas. O programa ainda não foi fechado e está em negociação. Esperamos concluir em breve todo o projeto junto com os organizadores dos Jogos Olímpicos. Em uma cidade que se propõe a ser líder mundial de sustentabilidade, e acreditamos que o projeto pode ser fundamental nesse caminho.

De que maneira a Conservação Internacional assumiu o papel de coordenar as negociações com o comitê?

Nós assumimos a Secretaria Executiva do projeto Food Vision junto com o WWF-Brasil. Como eles ficam mais em Brasília e o pessoal do comitê no Rio, acabamos ficando um pouco mais à frente das conversas.

Está otimista com as negociações?

Ainda estamos em uma fase inicial. É importante lembrar que o projeto do Food Vision não poderá ser uma repetição do que foi no Reino Unido. Há muitas diferenças de cultura e de produção entre os dois países. Principalmente em relação aos hábitos alimentares e o que está de fato disponível nas prateleiras. A ideia é fazer uma adaptação e construir um amplo diálogo com um grande número de atores. Seria ótimo todos construirmos juntos essa proposta. Tentamos ser os mais audaciosos que podemos. Esperamos também que algumas mercadorias tenham condições de serem produzidas em uma escala maior.

Brasileiro é mais ‘verde’ e incrédulo do que europeus. Daiane Costa – O Globo, Economia. 15/05/2013

Pesquisa com 2,7 mil pessoas de quatro países indica o crescente interesse pelo consumo ético

RIO - Os cariocas Adriana Lenzo, de 20 anos, Débora Victorino, de 37, e Wagner Monteiro, de 58, representam consumidores de três gerações diferentes. Mas, quando o

assunto é fazer escolhas que agridam menos o meio ambiente ao ir às compras, parecem filhos de uma mesma época. São adeptos às sacolas retornáveis, em vez das plásticas, com tempo de decomposição superior a cem anos, e a produtos orgânicos cultivados sem agrotóxicos e fertilizantes químicos.

E, para o bem do planeta, já não formam um grupo de exceção, como mostra pesquisa inédita sobre consumo ético realizada pela Proteste — Associação de Consumidores, feita com 1,5 mil brasileiros e outros 1,22 mil europeus de Bélgica, Itália e Espanha. Em média, 83% dos pesquisados afirmaram ter comprado algum produto ecologicamente correto no último ano. Os brasileiros, com 86% de respostas positivas, se mostraram os mais preocupados em fazer a escolha mais sustentável.

Por outro lado, a pesquisa mostra que os consumidores do lado de cá do Atlântico são os mais desconfiados em relação à seriedade das empresas em suas atividades de responsabilidade social, ou seja, implementar ações que contribuam para uma sociedade mais justa. Entre os brasileiros, 81% concordam total ou parcialmente que as propaladas ações não passam de estratégia de marketing das companhias. No resultado geral da pesquisa, essa desconfiança foi apontada por 72% dos consumidores.

— Nunca vimos a palavra sustentabilidade ser tão trabalhada na mídia. Mas até que ponto tem nos ajudado a entender o que é de fato sustentabilidade? Todo mundo usa esse termo para vender mais, o problema é que na prática as empresas deixam a desejar — avalia Bernadete Almeida, coordenadora de Responsabilidade Social e Ambiental da Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio.

Falta transparência às empresas

Uma pesquisa recente sobre o mesmo tema realizada pelo Instituto Akatu — Pelo Consumo Consciente reforça essa percepção. Apenas 8% dos pesquisados disseram acreditar no que as empresas dizem, índice menor que os 13% registrados no estudo anterior. E 44% simplesmente não acreditam. Para o diretor-presidente do Akatu, Helio Mattar, as redes sociais são as grandes responsáveis por aumentarem a desconfiança dos consumidores:

— Muitas empresas que não têm atividades expressivas na área de sustentabilidade e responsabilidade social divulgam ações muito pontuais e fragmentadas. E num mundo interconectado, de enorme visibilidade, as pessoas têm a possibilidade de fazer denúncias que acabam desmascarando a imagem que querem passar. As empresas precisam ser mais cuidadosas ao comunicar.

Mattar faz ainda ressalvas em relação à classificação de um produto como sustentável. Teoricamente, explica, o produto tem de ser sustentável desde a matéria-prima, passando pelo processo produtivo, transporte, uso e descarte:

— Por isso, não podemos dizer que exista um produto completamente sustentável porque vivemos numa sociedade insustentável. Um produto orgânico ao ser

transportado pelo distribuidor em veículo que queima diesel já deixa de ser ecologicamente correto. O que temos são produtos mais sustentáveis do que outros.

Para Melissa Reis, coordenadora do Departamento de Estudos e Estatísticas da Proteste, há outros agravantes. A falta de transparência das empresas e a apresentação de comportamentos ambíguos ao divulgarem ações de responsabilidade social e depois se verem envolvidas em denúncias de destruição da Mata Atlântica, por exemplo, acabam manchando a imagem.

Classe média mais crítica

Apesar da dificuldade de se classificar produtos como sustentáveis e do custo mais alto que muitos itens pressupõem, parte dos brasileiros já identificou alguns “vilões” do meio ambiente e da vida nas cidades, como a fisioterapeuta Débora:

— Em dias de chuva, em enchentes, há muitas garrafas plásticas e sacolas boiando nas ruas. Materiais que poluem muito o meio ambiente e contribuem para a ocorrência de novas enchentes. Por isso, só vou ao mercado com sacolas retornáveis.

Bernadete avalia que o desconfiar das ações das empresas reflete a melhoria do grau de escolaridade da população, que tem uma classe média urbana mais esclarecida, crítica e atenta ao comportamento dos fornecedores:

— No entanto, apesar da lucidez dos consumidores, eles ainda tendem a punir pouco as empresas que têm más condutas ambientais.

Avaliação comprovada pela pesquisa da Proteste. Os brasileiros, junto com os belgas, são os que menos deixam de comprar produtos de companhias devido a práticas irregulares. Menos da metade, apenas 46% dos pesquisados de ambos os países, é adepto ao boicote. Em Itália e Espanha, o índice sobe para 55% e 54%, respectivamente.

O estudo da Proteste foi realizado de junho a agosto do ano passado, por meio do envio de questionários, por e-mail, a habitantes dos quatro países com idades entre 18 e 65 anos. Para aplicar a pesquisa na Europa, a entidade contou com o apoio da Consumers International — que reúne representantes de 220 entidades de todo o mundo — por meio das organizações de proteção ao consumidor associadas Altroconsumo (Itália), OCU (Espanha) e Test-Achats (Bélgica).

Sustentabilidade no campo. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 15/05/2013

Governo federal discute com sociedade iniciativas de apoio à agricultura familiar

Como parte das iniciativas governamentais de apoio à agricultura familiar tradicional, sustentável e inclusiva, a unidade Semiárido da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) promove, na cidade de Petrolina (PE) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Workshop Agrobiodiversidade e Agroecologia

no Nordeste. O encontro, que começou nesta quarta-feira (15/05) e segue até a sexta (17/05), avaliará programas em andamento de apoio à essas práticas agrícolas, estabelecer estratégias de parceria e articular a elaboração de propostas para a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

A técnica do Departamento de Agroextrativismo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Cláudia de Souza, explica que o encontro é um dos cinco eventos que o MMA pretende realizar em parceria com a Embrapa. “Serão reuniões em cada uma das regiões brasileiras com o objetivo de estabelecer estratégias de parceria na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”, diz. O governo federal pretende submeter o tema à sociedade, com propósito de elaborar um plano nacional, previsto para ser lançado nos próximos meses, com ações de fortalecimento ao uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos orgânicos.

SUSTENTABILIDADE

O papel dos agricultores familiares como fortalecedores da produção orgânica e de base ecológica também foi destacada. “Com esses encontros pretendemos promover o desenvolvimento dos agricultores familiares e dos assentados da reforma agrária, em bases sustentáveis, a partir da promoção de processos de pesquisas participativas, descentralizadas e com enfoque na agrobiodiversidade e agroecologia, levando em conta critérios de sustentabilidade ambiental”, acrescenta Cláudia de Souza. “Existem hoje, no Brasil, mais de 200 mil famílias inseridas na atividade de produção orgânica e agroecológica, daí a importância de políticas públicas que potencializem essas atividades”.

O desenvolvimento de comunidades de agricultores familiares no Piauí por meio do gergelim orgânico, pesquisas para avaliação e seleção de variedades tradicionais (crioulas) de milho junto aos agricultores familiares da Paraíba e manejo comunitário da agrobiodiversidade para o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais do semiárido brasileiro também serão discutidos no encontro. O Macroprograma 6 da Embrapa – iniciativa de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar e à sustentabilidade do meio rural, também será foco dos debates.

Além de MMA e Embrapa, participam do evento representantes dos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Desenvolvimento Agrário (MDA), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da sociedade civil.

Um alerta aos impactos das escolhas da vida cotidiana. Daiane Costa – O Globo, Economia. 15/05/2013

Para especialista, sustentabilidade é um caminho sem volta

RIO - Chamar a atenção dos consumidores sobre a importância de terem consciência dos impactos ambientais causados pelas suas escolhas. Este é o principal objetivo da pesquisa liderada pela Proteste, explica Maria Inês Dolci, coordenadora executiva da entidade:

— A Proteste tem trabalhado pela educação para o consumo e para coibir propagandas enganosas de empresas que querem fazer os consumidores acreditarem que vendem produtos verdes, quando isso não procede.

Maria Inês lembra que, por meio de uma resolução do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), os consumidores brasileiros ganharam maior proteção contra o chamado greenwashing (maquiagem verde dos produtos, numa tradução livre).

Desde agosto de 2011, as propagandas veiculadas no Brasil não devem enaltecer atributos sustentáveis de produtos e serviços sem que as empresas possam ter sua eficiência comprovada. A norma prevê punições que variam de advertência a suspensão de campanha publicitária e divulgação pública de descumprimento da regulamentação.

Sem educação, não há futuro

Para o diretor-presidente do Instituto Akatu, Helio Mattar, a sustentabilidade é um caminho sem volta:

— Já estamos a caminho de dar esse passo além. Na sociedade do futuro, que terá de ser sustentável, não haverá espaço para nada descartável. Até porque nossos recursos naturais estão se esgotando

Para chegarmos a essa sociedade sustentável, os consumidores Adriana Lenzo, estagiária de gastronomia, e Wagner Monteiro, técnico de telecomunicações e elétrica, acreditam que só será possível com maior investimento em educação e campanhas de conscientização.

— Compro produtos orgânicos porque gosto e faz bem para a saúde. Não importa que o custo seja um pouco maior. Detesto tudo o que suja o planeta. Acho que isso deveria ser dito nas escolas, para a gente criar uma mentalidade diferente. Passo isso para os meus netos, mas é difícil criar essa conscientização sozinho. Você precisa de uma rede — avalia Monteiro, que tem quatro netos e sonha com um mundo mais sustentável.

Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável busca fortalecimento da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 15/05/2013

“Queremos ampliar a capacidade de investimento na agricultura familiar, a capacidade de enquadramento nas linhas de crédito e buscar um cenário cada vez mais positivo”, afirmou o ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, na 54ª reunião

ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Durante o encontro realizado em Brasília, o ministro fez, também, uma breve retrospectiva do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013. “No ano passado, fechamos com um volume razoável de recursos, em torno de R\$ 16 bilhões. Segundo o governo federal, se contratarmos todo o volume ofertado, haverá recursos adicionais”, disse.

Pepe Vargas comentou, ainda, que há o desejo de instituir uma agência nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que terá como público prioritário agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais. “Com essa agência, entraremos em outro patamar, aumentando a qualidade da oferta de serviço de Ater para esse público”, acrescentou o ministro.

O encontro, que segue até esta quinta-feira (16), pretende dar um panorama geral do Plano Safra da Agricultura Familiar 2013/2014 e da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, prevista para outubro deste ano. Cerca de 60 pessoas foram convocadas, entre elas conselheiros, convidados, coordenadores de comitês permanentes do Condraf e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Conferência Nacional

Um dos objetivos da 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, prevista para outubro de 2013, é a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS), em uma perspectiva de pensar o Brasil até 2030. Os diversos públicos da agricultura familiar, como mulheres e jovens, estão contemplados nessa discussão.

O secretário-executivo do Conselho, Roberto Nascimento, destacou que há muito trabalho até a realização da 2ª edição do evento. “Temos marcadas cerca de 130 conferências territoriais até outubro. Ainda teremos 27 conferências estaduais, mais as setoriais e as temáticas. Trabalhamos com uma perspectiva de 30 mil pessoas trabalhando nesse processo em todo o Brasil, que dão 350 conferências no processo todo”, elencou.

A diretora de Política para Mulheres Rurais do MDA, Karla Hora, pontuou a participação das mulheres durante o encontro. “Essa edição da Conferência é importante porque trará paridade de gêneros, com a participação efetiva das mulheres. Isso proporcionará uma perspectiva maior e o fortalecimento de direitos, apontando um futuro para essa parcela da população.”

A juventude do campo também terá participação ativa. A assessora especial para a Juventude do MDA, Ana Carolina Silva, ressaltou o trabalho que será desenvolvido para eles. “A Conferência será um espaço importante para a juventude rural. Será uma oportunidade de efetivar os seus direitos e um marco legal para que eles apresentem, também, suas propostas”, definiu.

Mais 74 territórios rurais são incorporados ao Programa de Desenvolvimento Sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 16/05/2013

Uma nova maneira de pensar as políticas públicas para o crescimento das regiões do País chega a 1.072 municípios. O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), vai incluir 74 novos Territórios Rurais em seu mapa de ações. A decisão foi tomada nessa quarta-feira (15), durante a 54ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), realizada em Brasília (DF).

Antes da portaria, assinada pelo ministro Pepe Vargas, eram 165 territórios organizados. Esse número salta para 239, chegando próximo da meta estipulada de 280 Territórios Rurais até o fim de 2015. Com essa inclusão, o Pronat passa ter um público de mais de 65 milhões de pessoas.

“Isso quer dizer que a gente tem acréscimo de um terço de novos territórios ao Programa, 36% de novos municípios e, por meio deles, poderemos ampliar as ações de planejamento, de promoção, de articulação de políticas públicas em torno do desenvolvimento rural”, afirmou a secretária de Desenvolvimento Territorial do MDA, Andréa Butto.

Os novos territórios rurais significam uma ampliação da atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, uma vez que as políticas de crédito, de apoio à comercialização e assistência técnica, tão presentes no campo brasileiro, são fortalecidas, por meio do Pronat.

Para que os territórios sejam incorporados no programa, eles precisam atender a alguns critérios estabelecidos, tais como: o máximo de 80 habitantes por Km², não ultrapassando a 50 mil pessoas por município; ter uma representação consolidada da sociedade civil e do poder público; e possuir um conselho estadual rural sustentável, capaz de analisar as questões levantadas pelos municípios. Cabe a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) verificar e absorver os novos territórios, além de submeter ao Condraf à inclusão.

“Acrescentamos mais um critério, que é a presença da agricultura familiar nesse processo. Se um território tiver um percentual superior a 50% de estabelecimentos da agricultura familiar, ele pode ser incorporado ao Programa, mesmo que ultrapasse os 80 habitantes por km²”, esclareceu Andréa Butto.

A partir da inserção, os novos territórios passam por um processo de organização e planejamento para a elaboração dos planos de desenvolvimento rural sustentável - responsáveis por trazer um diagnóstico mais preciso sobre os municípios e de estabelecer metas e diretrizes para o avanço territorial.

Pronat

O Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) é implementado pela SDT desde 2003 e conta com a parceria de diversas instituições da sociedade civil, além dos governos federal, estaduais e municipais. A SDT atua nos territórios apoiando a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa.

O Pronat conta com colegiados de âmbito territorial, fóruns constituídos em cada território por instituições da sociedade civil e do poder público, responsáveis pelo planejamento territorial, pela articulação institucional, elaboração de propostas e projetos técnicos, acompanhamento e controle social das ações do programa e de outras políticas públicas que concorrem para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

Conferência Nacional planeja estratégias para o desenvolvimento rural – Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 17/05/2013

Agricultores familiares, assentados, extrativistas, pescadores, povos e comunidades tradicionais. O desenvolvimento do Brasil rural passa por esse público que, até outubro deste ano, traçará propostas visando o avanço do rural para os próximos 20 anos. A 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CNDRSS), que será realizada em Brasília, tem o objetivo principal de construir o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

“Queremos oferecer ao Brasil um plano que contribua com o seu desenvolvimento nacional e que o projete para aquilo que nós achamos que ele é: um País que cresce cada vez mais, que está no seu melhor momento da história e que cada vez mais vai incluir as pessoas e combater a desigualdade. Somos parte do povo brasileiro, somos capazes de pensar estrategicamente e queremos contribuir com o desenvolvimento do País”, afirma o secretário-executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), Roberto Nascimento.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário vai ser construído de forma participativa, envolvendo nesse processo representações das diversas instâncias de governo, além da sociedade civil organizada. Até agosto de 2013 serão realizadas conferências territoriais, intermunicipais, municipais, estaduais, distrital, setoriais e livres que vão estabelecer as propostas de desenvolvimento a serem discutidas na Conferência Nacional.

Segundo Nascimento, um dos pontos que precisa ser esclarecido é que o povo brasileiro, ligado à agricultura, pode pensar, de maneira estratégica, o desenvolvimento do campo. “Queremos realçar que a reforma agrária, a agricultura familiar, e todo esse público, são capazes de pensar o futuro e de incluir, dentro do projeto de desenvolvimento nacional, o nosso desenvolvimento rural”, ressalta.

2ª Conferência

1,2 mil delegados representarão os estados e o Distrito Federal na Conferência Nacional. A expectativa é de que 1,5 mil pessoas participem do evento entre delegados, delegados natos do Condraf, convidados do governo federal e observadores. O evento traz como diferencial a paridade de gênero nas discussões. A ideia é de que homens e mulheres tenham a mesma quantidade de representação no plenário.

A Conferência terá sete eixos temáticos: Desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil rural e fortalecimento da agricultura familiar; Reforma agrária e democratização do acesso à terra e aos recursos naturais; Abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e promoção da qualidade de vida; Gestão e participação social; Autonomia das mulheres rurais; Autonomia e emancipação da juventude rural; e Promoção do etnodesenvolvimento.

O secretário-executivo pondera que dentro de cada eixo estão contidas diversas políticas públicas que são essenciais para o desenvolvimento do Brasil rural. “No tema da agricultura familiar podemos discutir sobre o crédito, os seguros, as ferramentas de comercialização, por exemplo. No eixo da reforma agrária, nós também discutiremos o tema da obtenção de terras, do desenvolvimento dos assentamentos, entre outros”, observa. Nascimento frisa que nos últimos dez anos o Brasil teve cerca de 130 conferências, com um público de mais de dez milhões de pessoas participantes.

Retrospectiva

A 1ª Conferência Nacional ocorreu em 2008, em Pernambuco. As resoluções discutidas no evento resultaram, especialmente, na Proposta de Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PD BR), que destaca que o desenvolvimento rural e solidário é multidimensional.

Governo estuda criar plano de desenvolvimento para trabalhadores rurais. Tai Nalon – Folha de São Paulo, Mercado. 22/05/2013

O governo federal pretende lançar nos próximos meses um plano de desenvolvimento a trabalhadores rurais apesar do contingenciamento de R\$ 28 bilhões no Orçamento da União anunciado nesta quarta-feira.

O compromisso foi assumido junto a entidades sindicais do setor. A ideia é ter um plano nacional de desenvolvimento rural sustentável adicional ao Plano Safra, que tem lançamento previsto para o próximo dia 6.

A intenção, segundo o ministro Pepé Vargas (Desenvolvimento Agrário), é começar a delinear o 3º Plano Nacional de Reforma Agrária, que englobaria diversos programas de governo, como o Minha Casa, Minha Vida, o PAC (Plano de Aceleração de Crescimento), o Luz Para Todos, entre outros.

"No curto prazo, queremos vistoriar um milhão de hectares para destinar à reforma agrária", disse Vargas após audiência com ministros e representantes da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) no Palácio do Planalto.

O ministro também deu como certo a implantação da nova agência nacional de assistência técnica e extensão rural, anunciada no mês passado.

A nova agência federal vai trabalhar em conjunto com órgãos estaduais e associações e terá como função a disseminação das melhores práticas na agropecuária por meio de protocolos e pacotes tecnológicos, além da especialização de agentes públicos.

Nada disso, porém, deve ser afetado pelo contingenciamento anunciado nesta quarta-feira, segundo Vargas. Na pasta do Desenvolvimento Agrário, o bloqueio deverá ser de R\$ 887 milhões dos R\$ 3,8 bilhões previstos para o ano.

O governo Dilma é o que menos desapropriou imóveis rurais para fazer reforma agrária nos últimos 20 anos. Na primeira metade do mandato, 86 unidades foram destinadas a assentamentos.

Segundo o ministro, há, hoje, à espera de regularização, 524 áreas vistoriadas pelo governo. Dessas, 234 estão impedidas de serem regularizadas devido a pendências judiciais.

A justificativa do ministério para a paralisia, nos últimos anos, tem sido, entre outras, a falta de liberação de recursos do Orçamento.

"Vamos sentar e discutir isso. Não nos preocupa essa questão. Vocês sabem que todos os anos há um decreto de contingenciamento e isso nós vamos acertar com o Ministério do Planejamento, mas as metas que nós temos são perfeitamente possíveis de serem atendidas", disse Vargas.

Engajamento a passos lentos no setor privado – O Globo, Ciência. 23/05/2013

ONU já descredenciou quatro mil empresas do Pacto Global em sete anos, das quais 197 delas eram brasileiras. Entretanto, diretor George Kell elogia capacidade de inovação do país

NOVA YORK - Depois de criar o Pacto Global para estimular a sustentabilidade na iniciativa privada 13 anos atrás, a Organização das Nações Unidas (ONU) quer que as empresas signatárias se esforcem mais para cumprir princípios relacionados ao meio ambiente, aos direitos humanos e ao combate da corrupção. Atualmente, cerca de 7.400 companhias globais participam do Pacto em mais de 130 países. Mas apenas 25% delas estão em nível avançado ou intermediário de engajamento, segundo o diretor-executivo do Pacto Global, Georg Kell. Após conversar com empresários brasileiros em São Paulo na última semana, Kell disse que a ONU não esperava ter que descredenciar tantas empresas pela falta de divulgação de relatório de progresso. O descredenciamento atingiu quatro mil empresas desde 2006, das quais 197 delas eram brasileiras.

Atualmente, cerca de 530 entidades do país, entre elas 370 companhias, participam do Pacto Global. Mas Kell chama a atenção para a capacidade de inovação do setor empresarial brasileiro, que recebeu elogios do executivo.

Como o senhor avalia os resultados do Pacto Global desde que ele foi criado?

Fazemos uma avaliação de implementação anualmente e a próxima ficará pronta em junho. Sabemos que os princípios sobre direitos humanos, ambiente de trabalho, meio ambiente e anticorrupção foram introduzidos em milhares de empresas no mundo. Cerca de 7.400 empresas de mais de 130 países estão em estágios diferentes de implementação. Algumas estão muito avançadas, outras estão no nível intermediário e outras estão aprendendo. Algumas empresas levaram os princípios para a cadeia de fornecedores e os aplicaram em todos os lugares em que operam. Outras ainda estão fazendo experimentações nas sedes e têm que implementar nas subsidiárias.

O que fazem as empresas avançadas?

Empresas muito avançadas em relação aos compromissos assumidos no Pacto Global reutilizam recursos naturais que outras companhias jogam no lixo. Elas são altamente eficientes no uso de energia e investem em conhecimento e educação de sua força de trabalho, pois sabem que, quanto mais educados são os funcionários, mais produtivos eles serão. Elas investem nas comunidades nas quais vivem. Já as empresas que não são ideais só olham para as vantagens financeiras de curto prazo. Empresas avançadas têm uma política anticorrupção explícita, enquanto outras empresas preferem pegar atalhos e conseguir contratos às custas da destruição da cultura corporativa.

Em que nível estão as empresas do Pacto?

Apenas 10% das 7.400 empresas do Pacto estão em nível avançado. Cerca de 15% delas estão em nível intermediário e têm avançado em algumas áreas, mas não em outras. E o resto das empresas está aprendendo. Direitos humanos e medidas anticorrupção são as áreas em que a maioria das empresas ainda têm problemas. Por quê? Porque nessas duas áreas o progresso também depende do progresso da sociedade. E é muito difícil ser um alto líder quando a sociedade não muda junto. Quando uma empresa adere ao Pacto, nós exigimos que ela faça um relatório anual de progresso. E descredenciamos as empresas que não fazem o relatório. Infelizmente, já descredenciamos quatro mil empresas desde 2006, porque elas não fizeram o relatório.

Vocês esperavam que o número de descredenciadas chegaria a quatro mil?

Quatro mil é muito mais do que esperávamos. Acreditávamos que as empresas aprenderiam uma forma de informar sobre seu progresso e subestimamos algumas barreiras. Em alguns países há pouco incentivo para as empresas irem a público. Quando você não tem uma mídia livre e viva e quando consumidores não ligam muito para a origem dos produtos e para o impacto que eles têm é difícil convencer as empresas a divulgar os progressos. Muitas das quatro mil empresas na verdade foram compradas. Algumas companhias melhoram, mas não percebem a importância de

divulgar isso. Mas há uma parte significativa delas que assinaram o compromisso e simplesmente não honraram suas metas.

O objetivo do Pacto Global é ter 20 mil empresas até 2020. É uma meta difícil?

Sim, porque nós percebemos que só podemos crescer com qualidade. Seria fácil aceitar empresas em grande quantidade e não sermos sérios sobre qualidade. Descobrimos isso através de duras lições. Devemos focar num engajamento mais profundo. Temos que fortalecer as medidas de combate à corrupção, de direitos humanos, meio ambiente e ambientes de trabalho.

Como fazer isso?

Há três caminhos. O primeiro tem a ver com os mercados financeiros, que estão se preocupando mais com estes assuntos e reconhecem que ignorar a sustentabilidade significa ignorar os riscos de investimentos. Em segundo lugar, nós esperamos que os consumidores cada vez mais estejam conscientes da importância desses temas. O terceiro, de longo prazo, é a educação. No Brasil, muitas escolas de líderes estão colocando em seu currículo a sustentabilidade corporativa. Até recentemente, em cursos de MBA, só se aprendia sobre marketing, finanças e como ficar rico rapidamente. Isto está mudando.

As empresas do Brasil podem ensinar algo para outros países?

O Brasil tem uma enorme vontade de abraçar a diversidade e fazer experimentações. Vocês não têm medo de tentar abordagens novas. E também é uma sociedade diversificada e aberta, onde as ideias circulam livremente. É uma qualidade preciosa que muitos outros países ainda não têm.

O que as empresas brasileiras podem fazer para melhorar?

O que posso assegurar é que as empresas brasileiras realmente estão comprometidas. Elas são líderes em sustentabilidade de diferentes maneiras. Especialmente em consciência ambiental e social, as empresas brasileiras são campeãs mundiais.

Ao final da Rio+20, mais de 300 acordos foram assinados entre empresas. Em menos de um ano, houve mudanças?

As empresas se comprometeram e agora estão na fase de implementação dos acordos. E todas querem que o impacto seja levado adiante. As companhias falam em como aumentar a escala, como fazer a cadeia de fornecedores participar mais, como alcançar empresas que ainda não fazem parte desse esforço global. Elas estão pensando em passos práticos e concretos. Houve um movimento muito positivo.

A sociedade e o Código Florestal. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 24/05/2013

MMA destaca participação dos governos estaduais para a implantação do cadastro rural

Representantes da sociedade civil lançaram, na manhã desta sexta-feira (24/05), no Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), a campanha “Cumpra-se”, para acompanhar a implantação do novo Código Florestal, instituído pela Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. A campanha, liderada pela Fundação SOS Mata Atlântica, e lançada durante o evento Viva a Mata 2013, é um convite ao grande público para participar de ações de proteção ao meio ambiente e fiscalização da implantação da nova legislação florestal.

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Cabral, participou do lançamento da campanha e de painel sobre aplicação do Código Florestal e seus instrumentos, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Explicou que a legislação já vem sendo cumprida desde o lançamento do Decreto 7.830, de 17 de outubro de 2012, que estabeleceu o CAR e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), ambos previstos para serem lançados oficialmente pelo governo federal nos próximos dias por instrução normativa assinada pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

BANCO DE DADOS

“Com mais essas regulamentações que estarão saindo nos próximos dias, será possível gerenciar os passivos ambientais dos imóveis rurais de todo o território nacional, além de promover a recuperação de áreas degradadas”, disse Cabral. O Cadastro Ambiental Rural irá reunir informações de propriedades rurais em um único banco de dados nacional, o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SiCAR). Após o lançamento oficial, o cadastro será obrigatório a todos os imóveis e o produtor terá 1 ano, prorrogável por outro ano, para fazê-lo. Já o Programa de Regularização Ambiental (PRA) irá apoiar projetos de adequação ambiental e recomposição de áreas degradadas.

Cabral destacou, ainda, o papel dos estados na aplicação do Novo Código Florestal. “Todos os estados são parceiros do MMA na implantação do CAR”, argumentou. “Sem a participação dos órgãos estaduais de meio ambiente não seria possível chegar em todas as regiões”. Ele acrescentou que o Ministério do Meio Ambiente está cedendo toda a tecnologia disponível para auxiliar o processo de cadastro nos estados, como imagens de satélite em alta resolução e treinamentos, possibilitando, assim, que o maior número de produtores rurais tenha acesso ao CAR.

Por um mundo mais sustentável. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 27/05/2013

Mariana Meirelles assume a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental com o desafio de ajudar a construir um novo modelo de desenvolvimento

Promover novos padrões de produção e consumo sustentáveis, por meio de políticas públicas e parcerias, é um dos desafios da nova secretaria de Articulação Institucional e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente, Mariana Meirelles. A nova gestora

assumiu a pasta este mês, quando deixou o cargo de vice-presidente do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). E destaca, em entrevista, a importância do diálogo entre todos os setores para a construção de um novo modelo de desenvolvimento.

O desenvolvimento sustentável é um dos focos da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental (SAIC). Com a sua experiência neste tema, como espera contribuir para a promoção da sustentabilidade?

A minha história com a sustentabilidade começou no momento em que eu entrei para o governo, em 1998. Por coincidência, o meu primeiro trabalho foi analisar de que forma a Agenda 21 Brasileira, que estava em discussão na época, poderia orientar um plano de desenvolvimento para o país e como ela poderia se inserir no Plano Plurianual 2000-2003. Foi quando comecei a me envolver pela questão socioambiental. O papel da SAIC, além de intensificar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), é fazer com que as articulações que existem entre o setor empresarial e da sociedade civil, juntamente com o governo, se orientem para a construção de um novo modelo de desenvolvimento, não tão calcado na lógica de produção e consumo do século passado, mas orientado para internalizar a vertente da sustentabilidade. A SAIC é uma instituição importante para esse diálogo.

A senhora já participava da Rede de Mulheres Brasileiras Líderes pela Sustentabilidade do MMA. Como avalia o atual papel das mulheres na disseminação de valores e comportamentos sustentáveis?

O modelo mental feminino se aproxima muito do modelo mental necessário para a compreensão da sustentabilidade. A Rede trabalha bem essa questão, reforçando como a mulher pode agir na construção de um mundo mais sustentável. O papel que a mulher exerce, principalmente dentro das famílias, aponta que toda decisão de consumo passa por uma escolha feminina. Na maioria dos casos, a mãe é quem define o que as crianças vão comer, o que os maridos vão vestir. Isso é muito do papel feminino. A Rede também está discutindo negócios sustentáveis. Muitos dos negócios sustentáveis que estão em pauta acabam, de alguma forma, tangenciando o papel da mulher. Muitas vezes são negócios que surgem a partir de mulheres que, ao lado dos maridos, precisam buscar renda informal, porque elas cuidam das crianças e não têm condições de entrar em um trabalho efetivo, cobrindo oito horas diárias. Neste sentido, negócios sustentáveis se adaptam melhor à condição da mulher no contexto familiar e da comunidade. Isso também é um viés importante que a Rede discute. Por isso, a Rede de mulheres é tão interessante. Ela sai da discussão trivial, sobre o novo papel da mulher na sociedade e vai além. Discute-se o papel da mulher na construção de um novo modelo de desenvolvimento. Isso sempre me mobilizou e eu acabei me envolvendo muito com a Rede por conta disto.

Os padrões de produção e consumo dos brasileiros ainda estão longe de ser sustentáveis?

Ainda estamos muito longe do que deveríamos estar em termos de padrão de consumo. Principalmente hoje, com a nova classe média consumindo mais, o que é absolutamente natural, mas a ideia é que esse consumo seja feito respeitando os limites do planeta. Nós estamos muito aquém do que deveríamos estar. No entanto, já há indícios de que a sociedade está disposta a alterar esse padrão. Alguns exemplos importantes: o comportamento de algumas pessoas que já não usam sacolas plásticas nos

supermercados, utilizando como opção as sacolas retornáveis, os caixas ecológicos no comércio, o engajamento da sociedade na reciclagem, coleta seletiva e no uso de bicicletas para se locomover nas cidades. Por isso digo que estamos aquém de um patamar ideal de consumo sustentável, mas mobilizados. Há um terreno fértil para trabalhar. E no que se refere à produção, empresas líderes já estão compreendendo que precisam mudar seus padrões para que possam ter vantagens comparativas. Não que isso esteja disseminado em todo o setor produtivo, mas acho que o grande gargalo ainda seriam as pequenas e médias empresas. Elas ainda não estão preparadas para a mudança de padrão de produção, mas empresas líderes já fazem a diferença e nós já temos um caminho mais fértil. Tudo isso dimensiona o desafio que temos no fortalecimento do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS).

Como a educação ambiental pode auxiliar neste processo?

A educação ambiental é uma função muito importante que, primeiramente, pode ajudar a alterar a base do conhecimento. O papel da educação ambiental na formação de crianças e adolescentes é absolutamente substantivo. Considero que o Brasil já caminhou muito, inclusive na parceria do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Educação, que já gerou frutos muito positivos. Mas a educação ambiental é uma função transversal que também pode apoiar a implantação de políticas importantes, não só o nosso Plano de Ação para Produção e Consumo, como também a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Política de Desenvolvimento Rural Sustentável, a Estratégia Nacional de Biodiversidade, dentre outras. Temos que nos ancorar nessa rede de educadores ambientais e ir formulando metodologias para apoiar a implementação das políticas, não como meio, mas como uma função importante para que elas possam ser desempenhadas e os objetivos alcançados.

Quais são as perspectivas do trabalho desenvolvido pela secretaria para sua gestão?

Uma das metas é alavancar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), além de adensar compras sustentáveis. O Brasil ainda tem 0,1% de compras do governo federal sustentáveis. Embora já tenhamos evoluído com decretos e normas internas para promoção das compras sustentáveis, ainda temos um caminho importante a percorrer. Outro ponto é fazer com que a educação ambiental e a participação social sejam úteis para a implementação de todas as políticas, não só da SAIC, como do ministério como um todo. Estamos vivendo um momento rico, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a estratégia nacional de biodiversidade, o novo marco institucional para o licenciamento ambiental; e a educação ambiental não pode estar ensimesmada, nem muito menos a participação social. Vou trabalhar neste sentido, focalizando em poucas coisas, mas que sejam substantivas. Que possamos de alguma forma colaborar com a transformação do país, em direção a uma nova economia e um novo modelo de desenvolvimento.

O Brasil tem como meta implantar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), principal tema da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente deste ano. Quais os desafios desta quarta edição?

A expectativa é que possamos gerar insumos importantes para a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Esta Conferência é temática. É claro que existem tantas outras questões para se discutir sobre política ambiental, mas a PNRS está se instalando com muitos desafios: logística reversa, criação de aterros, inclusão social por

meio dos catadores. Temos muitos desafios e ainda poucos meios, por isso a conferência deve ser um espaço importante para geração de propostas que ajudem a colocar a política em prática, porque ela já está criada. Agora é articular como implementar a política com escala, foco e compreensão social. Mais importante do que a participação social e o controle social é a compressão da sociedade.

Vida digna para todos. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/05/2013

Semana do Meio Ambiente abre espaço para debate sobre Rio+20 e Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis

A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, abre, nesta segunda-feira (03/06), às 9h, as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente, com uma programação que se desenvolverá ao longo da semana. Em seguida, acontecerá o debate “A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável”. O evento concentrará as atividades no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e reunirá representantes de organizações governamentais e não governamentais, organismos internacionais, setor privado e academia.

Será, na opinião da ministra, uma oportunidade para que especialistas e sociedade civil possam debater o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), que tem como proposta assegurar vida plena e digna para todos. Visa, também, lembrar os compromissos assumidos pelo Brasil e outros países, em 2012, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

“A expectativa é poder detalhar melhor, discutir mais o PPCS e criar alternativas para avançar, a fim de alcançar o objetivo final que é o de entregar medidas institucionais, processos de capacitação, decisões e acordos setoriais que visem à sustentabilidade”, destaca a secretaria de Articulação Institucional e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente, Mariana Meirelles.

PROGRAMAÇÃO

O evento será dividido em duas partes. Durante a manhã, haverá painéis sobre contratações públicas, construção e varejo, atividades que levam em conta a sustentabilidade. “É importante trabalhar critérios de sustentabilidade que possam ser úteis, por exemplo, nas construções públicas e privadas”, diz Mariana Meirelles. “Esse tema e muitos outros serão debatidos, juntamente com nossos parceiros”.

No período da tarde, acontecerão oficinas sobre consumismo infantil, embalagens e meio ambiente, estilo de vida sustentável, relatórios de sustentabilidade nas empresas, cadeia produtiva da construção, compras públicas sustentáveis e os setores industriais. Todas essas questões ambientais discutidas visam garantir um futuro mais justo e sustentável para o Brasil.

EVENTOS PARALELOS

Outros eventos em comemoração à data acontecem em Brasília. Na quinta-feira (06/06), às 9h30, o Ministério do Meio Ambiente promove, juntamente com a Câmara dos Deputados, o seminário sobre os Desafios para a Implementação da Lei dos Resíduos Sólidos, no Anexo II da Câmara (confira a programação completa aqui). O evento marca a mobilização em torno da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), que acontece de 24 a 27 de outubro, em Brasília.

O evento também serve como etapa preparatória para a conferência virtual que acontecerá entre 26 de agosto e 10 de setembro. Além disso, a Câmara, por meio da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do e-Democracia é parceira do MMA na organização da conferência virtual. O evento discutirá os quatro eixos temáticos da conferência: Produção e Consumo Sustentáveis; Redução dos Impactos Ambientais; Geração de Trabalho, Emprego e Renda; e Educação Ambiental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O MMA também comemora o Dia da Educação Ambiental, 3 de junho, com duas programações. O Departamento de Educação Ambiental, com o apoio do Governo do Distrito Federal, prepara uma Sala Verde Especial nos jardins em frente ao edifício sede do órgão, localizado na Esplanada dos Ministérios. A sala, com materiais e vídeos educativos socioambientais, será aberta ao público a partir das 14h e permanece até o dia 7 de junho.

Oficina destaca a importância da sustentabilidade político financeira – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 29/05/2013

Terminou hoje (29) no final da tarde a Oficina Preparatória das Ações do Projeto para Multiplicadores e Multiplicadoras. A atividade, que teve início em 27 de maio e ocorreu no auditório Margarida Maria Alves, na Escola Nacional de Formação da CONTAG, em Brasília, reuniu os(as) dirigentes e assessores(as) das secretarias de Finanças e Administração e de Formação e Organização Sindical das 27 Federações filiadas.

Na tarde do primeiro dia, foram apresentadas as ações do Programa Nacional de Fortalecimento das Entidades Sindicais (PNFES), da Proposta Metodológica para os encontros estaduais.

No dia seguinte, foram apresentados os resultados da Pesquisa de Perfil dos Participantes do 11º CNTTR, feita pela ENFOC. Foi feita também uma avaliação do Congresso da CONTAG e um aprofundamento das deliberações aprovadas, principalmente as que referem-se à sustentabilidade político-financeira e à organização sindical do MSTTR;

Na manhã de hoje, os participantes construíram estratégias de atuação político sindical para o fortalecimento da sustentabilidade político-financeira do MSTTR a partir das resoluções congressuais considerando o debate realizado no dia anterior (quando foram discutidas deliberações do 11º CNTTR e a FETAEMA expôs sobre a experiência da

federação no Recadastramento Sindical). À tarde, foram estabelecidos compromissos a partir das definições das estratégias de atuação político sindical.

De acordo com Aristides Santos, secretário de Finanças e Administração da CONTAG, “a Oficina foi um sucesso. Essa e as duas últimas que fizemos em conjunto com a secretaria de Formação e Organização Sindical tem rendido bons frutos.” Segundo o dirigente, as duas secretarias estão fazendo “um debate leve sobre temas difíceis e divergentes. O resultado desse debate deixa claro o compromisso que as federações vêm tendo com relação ao tema sustentabilidade político financeira. E hoje, este é um assunto que está na pauta principal das federações, o que nos anima muito.”

Juraci Moreira Souto, secretário de Formação e Organização Sindical da CONTAG, explica que um dos objetivos da oficina foi encaminhar a metodologia dos cursos do Programa de Fortalecimento das Entidades Sindicais (PNEFS), que serão realizados nos 27 estados. “A ideia é fazer esses cursos conjuntamente entre as secretarias de finanças e formação tendo como referência a pedagogia trabalhada pela ENFOC e tendo o apoio da Rede de Educadores da Escola nesse processo formativo”, afirma Juraci.

Apoio ao agroextrativismo. Sophia Gebrim – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 29/05/2013

MMA seleciona consultores para comunidades tradicionais dos estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Bahia e Ceará.

Para fortalecer o Programa de Apoio ao Agroextrativismo e Povos e Comunidades Tradicionais, a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), está selecionando dois consultores para desenvolver atividade de Articulador Nacional de Arranjos Produtivos Locais (APL) nos estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Bahia e Ceará. O APL é conhecido como a principal atividade que movimenta a economia de uma determinada região.

No Amazonas, o APL trabalhado é o que prioriza as atividades da piaçava no Médio e Alto Rio Negro. No Pará, são apoiadas a produção de açaí e andiroba no Arquipélago do Marajó, castanha e óleo de copaíba em Oriximiná e entorno, e castanha e óleos vegetais de copaíba e andiroba na BR-163. No Maranhão, o APL é o da cadeia do babaçu na região do Mearim. No Piauí, é priorizada a cultura do buriti. No Ceará, são incentivadas a produção de babaçu e pequi. Na Bahia, são dois APLs que enfatizam a piaçava na região do baixo sul baiano e as frutas umbu e licuri na Caatinga. Já em Minas Gerais, a atividade apoiada é a produção de pequi na região Norte de Minas.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa
